



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

13/07/2012

INDICE

1. JORNAL A TARDE	
1.1. SEM ASSUNTO.....	1
1.2. SERVIDORES.....	2
2. JORNAL ATOS E FATOS	
2.1. DECISÕES.....	3
2.2. SERVIDORES.....	4 - 5
3. JORNAL CORREIO DE NOTICIAS	
3.1. SEM ASSUNTO.....	6
3.2. SERVIDORES.....	7
4. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
4.1. CASO DÉCIO SÁ.....	8 - 10
4.2. DECISÕES.....	11 - 12
4.3. PRESIDÊNCIA.....	13
4.4. PUBLICIDADE LEGAL.....	14
4.5. SERVIDORES.....	15
5. JORNAL EXTRA	
5.1. DECISÕES.....	16
6. JORNAL O DEBATE	
6.1. SERVIDORES.....	17
7. JORNAL O IMPARCIAL	
7.1. PRESIDÊNCIA.....	18
8. JORNAL O QUARTO PODER	
8.1. SERVIDORES.....	19
9. JORNAL PEQUENO	
9.1. AÇÕES TJMA.....	20
9.2. CASO DÉCIO SÁ.....	21 - 22
9.3. DECISÕES.....	23 - 25
9.4. SEM ASSUNTO.....	26 - 27
9.5. SERVIDORES.....	28

TJ vai divulgar detalhamento da folha de pessoal na internet

A partir da próxima semana, o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) vai divulgar no link "Transparência", na página principal do portal do Poder Judiciário (www.tjma.jus.br), o detalhamento da folha de pagamento de pessoal, conforme determina a Resolução nº. 151 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), de 5 de julho deste ano, e que atende à Lei de Acesso à Informação, já em vigor. O TJMA foi o primeiro no país a liberar na internet dados completos do Judiciário estadual, de acordo com a nova lei.

"Serão disponibilizadas no portal, e sem restrições de consulta, as remunerações, diárias, indenizações e quaisquer outras verbas pagas a magistrados, servidores e colaboradores, assim como os valores descontados - a exemplo do imposto de renda retido na fonte e contribuição previdenciária -, com identificação nominal do beneficiário e da unidade na qual presta serviços", explica o presidente do TJMA, desembargador Antonio Guerreiro Júnior.

De acordo com o diretor Financeiro Luiz Carlos Calvet, a determinação do CNJ só não alcança os valores de descontos de caráter pessoal, como pensão alimentícia, empréstimo consignado e consignação de casa própria, dados estes que não serão publicados no portal.

O site do TJMA, agora inserido no Portal do Judiciário, publica dados referentes à estrutura remuneratória, quantitativo e descrição de cargos e nomes de

magistrados e servidores - efetivos ou não - além de informações sobre orçamento público, contratos, precatórios, veículos, empenhos e pagamentos.

O que irá mudar com a nova resolução do CNJ será a inclusão do detalhamento individualizado, com vencimentos e descontos de cada servidor e magistrado. Neste formato estarão disponíveis os valores pagos e descontados a partir de junho deste ano.

Os tribunais têm até o dia 20 para se adequar às novas regras. O prazo foi estabelecido pela Resolução nº. 102 (artigo 4º).

Disputa - Uma disputa de liminares foi iniciada por causa da divulgação dos dados. Na quarta-feira da semana passada, a Justiça Federal do Distrito Federal proibiu a publicação dos vencimentos de servidores do Executivo federal e a divulgação nominal da remuneração de servidores do Judiciário e do Legislativo. Na segunda-feira, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região manteve a decisão.

Na noite da última terça-feira (10), o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Ayres Britto, concedeu liminar que permite a divulgação, de forma individualizada, da remuneração de servidores dos três poderes.

Lei - A Lei de Acesso à Informação (Lei nº. 12.157, de 18 de novembro de 2011) obriga os órgãos públicos a fornecer informações e documentos solicitados pela população, desde que não sejam definidos como secretos.

Casamento Comunitário ocorre em São Luís amanhã

A organização do Casamento Comunitário em São Luís trabalha nos últimos preparativos para a cerimônia, que reunirá 430 casais. O evento é realizado pela Corregedoria Geral da Justiça, do Tribunal de Justiça do Maranhão, com a parceria do Sesi e Universidade Federal do Maranhão, e ocorrerá às 16h de sábado, dia 14, na Concha Acústica da UFMA.

Todos os detalhes do Casamento Comunitário estão sendo checados para que a oficialização da união de 860 noivos seja inesquecível para cada um deles. Eles devem chegar ao local do evento às 14h para receber e assinar sua documentação. Depois disso, é apenas aguardar o momento de dizer "sim".

No local, transporte da entrada da UFMA à Concha Acústica, segurança, apoio médico, entre outros serviços, estão sendo providenciados. A Polícia Militar fará a segurança do evento e também estará representada com a sua banda de música, que será atração na cerimônia. O Corpo de Bombeiros confirmou apoio com a presença

de uma equipe preparada para qualquer emergência e socorro. Na Avenida dos Portugueses, a Polícia Rodoviária Federal estará presente, auxiliando na orientação do trânsito, que também terá a participação da Secretaria Municipal de Trânsito e Transporte.

Aproximadamente 100 pessoas, da CGJ, Sesi e UFMA, trabalharão no evento. Equipes da Corregedoria, identificadas por cores e auxiliadas por grupos do Sesi e da universidade, darão todo o apoio necessário aos casais.

Inscrições

O Casamento Comunitário em São Luís teve suas inscrições iniciadas durante a Ação Global 2012, realizada no dia 5 de maio, na UFMA, e prorrogadas até o dia 18 de maio, no Fórum Desembargador Sarney Costa. É um projeto da Corregedoria Geral da Justiça realizado em diversas comarcas do Maranhão desde 1999. Ele foi instituído pelo desembargador Jorge Rachid, corregedor-geral da Justiça à época. De acordo com dados

da CGJ, mais de 30 mil casais já oficializaram a união em cerimônias do Casamento Comunitário em todo o estado.

O projeto é uma alternativa para casais que não têm condições financeiras de arcar com as despesas de um casamento tradicional. Todas os custos são gratuitos, sendo arcados pelo Fundo Especial das Serventias de Registro Civil de Pessoas Naturais (Ferc) do Tribunal de Justiça do Maranhão.

Só este ano no Maranhão, a 19ª Ação Global - com o tema A valorização dos parceiros e sua contribuição para o evento e subtema Eu faço Ação Global o ano inteiro - realizou mais de 66 mil atendimentos para cerca de 35 mil pessoas, nas áreas de educação, saúde, cultura, cidadania, esporte e lazer. Em nível nacional, o mutirão reuniu 31 mil voluntários de 2 mil instituições parceiras e ofereceu serviços gratuitos a aproximadamente 2 milhões de cidadãos nas 29 cidades em que ocorreu o evento.

 **DECISÃO JUDICIAL**

Família de policial assassinado sem colete deverá ser indenizada

O Estado do Maranhão terá que indenizar em R\$ 30 mil familiares de um policial civil morto, em agosto de 2001, durante confronto com bandido, sem os equipamentos de proteção individual necessários para garantir sua integridade física.

A decisão - tomada pela 1ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão, em sessão ontem (12) - confirma o valor já estipulado pela juíza auxiliar da 5ª Vara da Fazenda Pública de São Luís, Maria José França Ribeiro.

O policial civil, à época com de 33 anos, lotado na delegacia de Pinheiro, foi assassinado na cidade de Presidente Sarney, por um bandido, que reagiu a ação policial e, na troca de tiros, atingiu o policial, de maneira fatal.

Consta nos autos do processo que o policial nunca teria recebido do Estado os equipamentos de proteção individual para minimizar os riscos de sua contínua exposição pessoal à reação de criminosos, como colete a prova de balas, que poderia ter evitado sua morte, caso estivesse devidamente protegido.

A defesa do Estado alega a aplicação da teoria da responsabilidade subjetiva com a verificação da culpa do agente, além de não haver nexos de causalidade e a morte ser causada por terceiros.

DECISÃO JUDICIAL - Para a Justiça de 1º Grau, embora o cargo exercido oferecesse riscos, o Estado tinha o dever de providenciar a segurança do agente público, enfatizando que a condenação serve de instrumento pe-

dagógico para que o ente federativo tome as providências necessárias quanto ao fornecimento dos equipamentos de segurança.

O relator do processo, desembargador Jorge Rachid, reafirmou que o Estado "responde sempre pela segurança do policial civil ou militar que, em razão de sua atividade, está sujeito ao confronto com bandidos, devendo estar munido de equipamentos que possam proteger sua integridade física".

Em seu voto, Jorge Rachid deu parcial provimento quanto ao cálculo dos juros, para que seja observada a Lei nº 11.960/2009, sendo acompanhado pelos desembargadores Kleber Carvalho e Nelma Sarney.

TJ vai divulgar salários de servidores na Internet

PÁGINA 3

TJ vai divulgar detalhamento da folha de pessoal na Internet

A partir da próxima semana, o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) vai divulgar no link "Transparência", na página principal do portal do Poder Judiciário (www.tjma.jus.br), o detalhamento da folha de pagamento de pessoal, conforme determina a Resolução nº. 151 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), de 5 de julho deste ano, e que atende à Lei de Acesso à Informação, já em vigor. O TJMA foi o primeiro no país a liberar na internet dados completos do Judiciário estadual, de acordo com a nova lei.

"Serão disponibilizadas no portal, e sem restrições de consulta, as remunerações, diárias, indenizações e quaisquer outras verbas pagas a magistrados, servidores e colaboradores, assim como os

valores descontados - a exemplo do imposto de renda retido na fonte e contribuição previdenciária -, com identificação nominal do beneficiário e da unidade na qual presta serviços", explica o presidente do TJMA, desembargador Antonio Guerreiro Júnior.

De acordo com o diretor Financeiro Luiz Carlos Calvet, a determinação do CNJ só não alcança os valores de descontos de caráter pessoal, como pensão alimentícia, empréstimo consignado e consignação de casa própria, dados estes que não serão publicados no portal.

O site do TJMA, agora inserido no Portal do Judiciário, publica dados referentes à estrutura remuneratória, quantitativo e descrição de cargos e nomes de magistrados e

servidores - efetivos ou não - além de informações sobre orçamento público, contratos, precatórios, veículos, empenhos e pagamentos.

O que irá mudar com a nova resolução do CNJ será a inclusão do detalhamento individualizado, com vencimentos e descontos de cada servidor e magistrado. Neste formato estarão disponíveis os valores pagos e descontados a partir de junho deste ano.

Os tribunais têm até o dia 20 para se adequar às novas regras. O prazo foi estabelecido pela Resolução nº. 102 (artigo 4º).

DISPUTA - Uma disputa de liminares foi iniciada por causa da divulgação dos dados. Na quarta-feira da semana passada, a Justiça Federal do Distrito Federal proibiu

a publicação dos vencimentos de servidores do Executivo federal e a divulgação nominal da remuneração de servidores do Judiciário e do Legislativo. Na segunda-feira, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região manteve a decisão.

Na noite da última terça-feira (10), o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Ayres Britto, concedeu liminar que permite a divulgação, de forma individualizada, da remuneração de servidores dos três poderes.

LEI - A Lei de Acesso à Informação (Lei nº. 12.157, de 18 de novembro de 2011) obriga os órgãos públicos a fornecer informações e documentos solicitados pela população, desde que não sejam definidos como secretos.

INTERNET

TJ divulgará detalhamento da folha de pessoal na web

A partir da próxima semana, o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) vai divulgar no link "Transparência", na página principal do portal do Poder Judiciário (www.tjma.jus.br), o detalhamento da folha de pagamento de pessoal, conforme determina a Resolução nº. 151 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), de 5 de julho deste ano, e que atende à Lei de Acesso à Informação, já em vigor. O TJMA foi o primeiro no país a liberar na internet dados completos do Judiciário estadual, de acordo com a nova lei.

"Serão disponibilizadas no portal, e sem restrições de consulta, as remunerações, diárias, indenizações e quaisquer outras verbas pagas a magistrados, servidores e colaboradores, assim como os valores descontados - a exemplo do imposto de renda retido na fonte e contribuição previdenciária -, com identificação nominal do beneficiário e da unidade na qual presta serviços", explica o presidente do TJMA, desembargador Antonio Guerreiro Júnior.

De acordo com o diretor Financeiro Luiz Carlos Calvet, a determinação do CNJ só não alcança os valores de descontos de caráter pessoal, como pensão alimentícia, empréstimo consignado e consignação de casa própria, dados estes que não serão publicados no portal.

O site do TJMA, agora inserido no Portal do Judiciário, publica dados referentes à estrutura remuneratória, quantitativo e descrição de

cargos e nomes de magistrados e servidores - efetivos ou não - além de informações sobre orçamento público, contratos, precatórios, veículos, empenhos e pagamentos.

O que irá mudar com a nova resolução do CNJ será a inclusão do detalhamento individualizado, com vencimentos e descontos de cada servidor e magistrado. Neste formato estarão disponíveis os valores pagos e descontados a partir de junho deste ano.

Os tribunais têm até o dia 20 para se adequar às novas regras. O prazo foi estabelecido pela Resolução nº. 102 (artigo 4º).

Disputa - Uma disputa de liminares foi iniciada por causa da divulgação dos dados. Na quarta-feira da semana passada, a Justiça Federal do Distrito Federal proibiu a publicação dos vencimentos de servidores do Executivo federal e a divulgação nominal da remuneração de servidores do Judiciário e do Legislativo. Na segunda-feira, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região manteve a decisão.

Na noite da última terça-feira (10), o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Ayres Britto, concedeu liminar que permite a divulgação, de forma individualizada, da remuneração de servidores dos três poderes.

Lei - A Lei de Acesso à Informação (Lei nº. 12.157, de 18 de novembro de 2011) obriga os órgãos públicos a fornecer informações e documentos solicitados pela população, desde que não sejam definidos como secretos.

UFMA E CGJ

Casamento Comunitário será realizado na Concha Acústica

Tudo pronto para o Casamento Comunitário em São, cerimônia que reunirá 430 casais na Concha Acústica da Universidade Federal do Maranhão, às 16h de amanhã, sábado (14). O evento é realizado pela Corregedoria Geral da Justiça, do Tribunal de Justiça do Maranhão, com a parceria do SESI e Universidade Federal do Maranhão.

Os 860 noivos devem chegar ao local do evento às 14h para receber e assinar sua documentação. Depois disso, apenas aguardar o momento de dizer "sim".

No local, transporte da entrada da UFMA à Concha Acústica, segurança, apoio médico entre outros serviços estão sendo providenciados. A Polícia Militar fará a segurança do evento e também estará representada com a sua banda de música, que será atração na cerimônia. O Corpo de Bombeiros confirmou apoio com a presença de uma equipe preparada para qualquer emergência e socorro. Na avenida dos Portugueses, a Polícia Rodoviária Federal estará presente auxiliando na orientação do trânsito, que também terá a participação da Secretaria Municipal de Trânsito e Transporte.

Aproximadamente 100 pessoas, da CGJ, SESI e UFMA, trabalharão no evento. Equipes da Corregedoria, identificadas por cores e auxiliadas pelas equipes do SESI e UFMA, darão todo o apoio necessário aos casais.

As inscrições para o casamento começaram na Ação Global 2012, realizada no dia 5 de maio, na UFMA, tendo sido prorrogadas até o dia 18 de maio, no Fórum Des. Sarney Costa.

O Casamento Comunitário é um projeto da Corregedoria Geral da Justiça e é realizado em diversas comarcas do Maranhão desde 1999. Ele foi instituído pelo desembargador Jorge Rachid, corregedor-geral da Justiça à época. De acordo com dados da CGJ, mais de 30 mil casais já oficializaram a união em cerimônias do Casamento Comunitário em todo o Estado.

O projeto é uma alternativa para casais que não têm condições financeiras de arcar com as despesas de um casamento tradicional. Todas as custas são gratuitas, sendo arcadas pelo Fundo Especial das Serventias de Registro Civil de Pessoas Naturais (Ferc) do Tribunal de Justiça do Maranhão.



Caso Décio Sá

Prorrogada a prisão de todos os envolvidos no assassinato

Decisão da 1ª Vara do Tribunal do Júri deixará presos por mais 30 dias os suspeitos de envolvimento na morte do jornalista e blogueiro Décio Sá; polícia ainda trabalha na investigação do caso e na conclusão do inquérito. **Polícia 6**

Polícia prorroga a prisão de envolvidos na morte de Décio Sá

Decisão judicial atinge todos os integrantes da rede criminosa; eles continuarão presos por mais 30 dias até que a Polícia Civil conclua o inquérito; pistola usada pelo criminoso será periciada em Brasília para que seja descoberta sua procedência

Leandro Santos
Da Equipe de O Estado



A comissão de delegados que investiga a morte do blogueiro e jornalista de O Estado Décio Sá

decidiu prorrogar por mais 30 dias a prisão temporária dos suspeitos de envolvimento no crime ocorrido na noite do dia 23 de abril, em um bar na Avenida Litorânea, em São Luís. A decisão foi tomada em razão de o inquérito policial ainda estar em curso. A decisão judicial, prorrogando por mais 30 dias a prisão do "consórcio" de agiotas que seria o responsável pela execução do jornalista, foi expedida ontem pela 1ª Vara do Tribunal do Júri, mas o pedido já havia sido feito desde a segunda-feira, 9, e somente ontem foi divulgado, já que as investigações continuam sob sigilo.

A comissão de delegados também tinha a opção de pedir à Justiça a prisão preventiva dos envolvidos, no entanto, entendeu que a melhor decisão era a prorrogação da temporária, para que as investigações prossigam normalmente. "Foi solicitada a prorrogação da prisão temporária dos envolvidos por mais 30 dias, que achamos ser o tempo para a conclusão do inquérito", explicou o delegado Jeffrey Furtado.

Prisões - A rede criminosa que planejou a morte do jornalista na noite do dia 23 de abril foi presa na madrugada do dia 13 de junho, em São Luís. Antes, no dia 5, o pistoleiro Jhonatan de Sousa Silva, de 24 anos, contratado para executar Décio Sá, de 42 anos, foi preso em uma chácara, em São José de Ribamar, suspeito de tráfico de drogas. A partir da prisão do criminoso, a polícia chegou ao restante da quadrilha e oito pessoas tiveram prisões decretadas pela Justiça, entre empresários agiotas, agenciadores e um oficial da Polícia Militar. A morte do blogueiro, segundo o criminoso, teria sido contratada por R\$ 100 mil, mas apenas R\$ 20,00 foram pagos.

O executor é natural da cidade de Xinguara, no estado do Pará. Ele tem várias passagens pela polícia por falsidade ideológica, uso de documentos falsos e homicídios. Jhonatan de Sousa também é o responsável pelo assassinato do empresário Fábio Brasil, no dia 31 março, na cidade de Teresina, no Piauí.

Além do paraense, outras pessoas que integram o "consórcio" responsável pela execução do jornalista também continuarão presas, à disposição da Justiça, por mais 30 dias. São eles: Os agiotas Gláucio Alencar Pontes Carvalho, de 34 anos, empresário do ramo de merenda escolar, conveniado a várias prefeituras; o pai dele, José de Alencar Miranda Carvalho, de 72 anos; José Raimundo Sales

(Chaves Júnior, o *Júnior Bolinha*, que seria o responsável pela intermediação entre os mandantes e o executor; Fábio Aurélio do Lago e Silva, o *Buchecha*, um dos assessores de *Júnior Bolinha*, que conhecia o plano para matar o jornalista; Airton Martins Monroe, que entrou em contato com Jhonatan de Sousa e o apresentou para *Júnior Bolinha*; e Fábio Aurélio Saraiva Silva, capitão da Polícia Militar e subcomandante da Tropa de Choque, que teria passado o revólver utilizado para executar o jornalista.

O oitavo mandado de prisão, emitido em desfavor do piloto da moto que transportou Jhonatan ao local do crime, ainda não foi cumprido. Um homem identificado como Elker Farias Veloso, preso em Divinópolis, em Minas Gerais, no dia 23 de junho, chegou a ser apontado como o motociclista que levou Jhonatan à Avenida Litorânea, mas sua participação na execução do jornalista até agora não foi confirmada.

Perícia - A pistola utilizada pelo paraense Jhonatan de Sousa Silva, de 24 anos, para executar o jornalista Décio Sá, no dia 23 de abril, e que foi encontrada nas dunas da Avenida Litorânea, no dia 5 deste mês, será enviada provavelmente para o Instituto Nacional de Criminalística, em Brasília, para que seja identificada a corporação a qual pertence. O laudo preliminar da perícia feita

em São Luís confirmou que os disparos que tiraram a vida do repórter da editoria de Política de O Estado saíram dessa arma. O documento foi entregue ontem na Superintendência Estadual de Investigações Criminais (Seic).

De acordo com o perito Carlos Henrique Roxo de Abreu, diretor do Instituto de Criminalística do Maranhão (Icrim), a pistola foi encontrada com a numeração de série raspada, assim como o brasão que identifica a procedência. "Nós não conseguimos chegar à numeração com os recursos que temos e por isso a arma será encaminhada a outro instituto", explicou o perito.

Na tarde do dia 5, peritos do Icrim encontraram a pistola usada para assassinar o jornalista Décio Sá enterrada a cerca de dois palmos abaixo do solo, próximo ao Clube do Jipe, no Calhau. Ela ainda estava com uma bala na agulha. O local foi indicado pelo criminoso, que antes tinha dito que a havia jogado ao mar, durante uma viagem de ferry-boat, dias depois de ter matado o jornalista.



Jhonatan de Sousa Silva, José Raimundo Sales Chaves Júnior e José de Alencar Miranda Carvalho



Fábio Aurélio do Lago e Silva, Gláucio Alencar Pontes Carvalho e capitão Fábio Aurélio Saraiva Silva

Mais

A Operação Detonando, que resultou na prisão dos envolvidos na morte do jornalista Décio Sá, contou com a participação de 12 delegados, 70 policiais civis e uma equipe do Grupo Tático Aéreo (GTA).

“

Foi solicitada a prorrogação da prisão temporária dos envolvidos por mais 30 dias, que achamos ser o tempo suficiente para a conclusão do inquérito"

Jeffrey Furtado, um dos delegados responsáveis pelas investigações

Cantinho do Céu

Uma história ainda mal explicada movimentou o Bairro Ponte durante a última quarta-feira. Deu Polícia Federal, Promotoria, Ibama funcionários da Justiça Estadual e Federal. Só faltou o bispo. Tudo isso porque árvores centenárias que ficam localizadas no antigo sítio Cantinho do Céu estavam sendo derrubadas indiscriminadamente e sem qualquer autorização para isso e com um propósito que ainda está sendo investigado pela Justiça.

O grande dilema é que a área foi dividida e doada há alguns anos para vários órgãos da Justiça para que lá se transforme num futuro vintouro na Cidade Judiciária.

O problema é que em Caxias, assim como aconteceu no Cantinho do Céu, que já foi uma propriedade pertencente ao ex-prefeito Aluizio Lobo, é comum invasão

O problema é que em Caxias, assim como aconteceu no Cantinho do Céu, que já foi uma propriedade pertencente ao ex-prefeito Aluizio Lobo, é comum invasão de terrenos

de terrenos alheios e, o que é pior, sem qualquer estudo ou autorização derruba-se prédios e áreas históricas para dar lugar a empreendimentos imobiliários.

No caso do Cantinho do Céu, a Justiça já está apurando o caso e já se sabe que secretários ligados à administração municipal podem estar envolvidos no

fato. A questão é complexa e, o que é pior, quem deveria dar exemplo de preservação do patrimônio público pode estar contribuindo para devastá-lo.

Roubo

No caso do Cantinho do Céu, membros da Justiça local conseguiram interditar a conclusão da derrubada das árvores até que o caso seja analisado. A residência, que era um casarão antigo do fim do século XIX e começo do XX foi saqueado.

Clic

Fotos/Divulgação



OS DESEMBARGADORES Anildes Chaves Cruz e Antonio Guerreiro Júnior, presidentes do TRE-MA e do Tribunal de Justiça do Estado, respectivamente, fazem moldura para a ministra Carmem Lúcia Rocha, que veio a São Luís esta semana falar sobre eleições 2012. Homem público que valoriza o Maranhão, Guerreiro Júnior presenteou a presidente do TSE com um brinde institucional - e que lembra os 400 anos de São Luís - e obras jurídicas de magistrados da Justiça estadual



ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

AVISO DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA N° 02/2012
Processo n.º 16.864/2012

A Comissão Permanente de Licitação do Tribunal de Justiça do Maranhão torna público que fará realizar, sob a égide da Lei n.º 8.666 de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, licitação na modalidade **CONCORRÊNCIA Tipo MENOR PREÇO, no regime de EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL** para Contratação de empresa especializada em obras e serviços de engenharia para realização de serviços de Terraplanagem para a Construção do novo Fórum da Comarca de Imperatriz/MA, no dia **16/08/2012, às 10:00 horas** (horário local), na **Sala da Comissão Permanente de Licitação**, na Rua do Egito, nº 144, Centro (antigo prédio da Assembleia Legislativa), São Luís/MA.

As empresas interessadas poderão obter informações e consultar o Edital no local ou pelo telefone (98) 3261-6259/6260. Os interessados poderão adquirir o Edital completo através de CD-ROM ou PEN DRIVE, mediante pagamento de boleto bancário no valor de R\$ 30,00 (trinta reais) emitido pelo Tribunal de Justiça, disponível na Sala supracitada.

São Luís, 11 de julho de 2012.

NEWTON CELSO JORGE COSTA
Presidente da CPL - TJ/MA

Futebol Society I

Começou sábado, com sete partidas, no campo do Ipem, no Calhau, a disputa do Campeonato Society promovido pela Valeu, Mandou Legal Promoções e Eventos. Resultados: Exército Brasileiro 5 x 0 Penitenciária – gols de Hamilton (3), Everton e Teles. Tribunal Eleitoral 1 (gol de Castro) x 1 Secretaria da Fazenda (gol de Josenildo). Caema 1 x 1 Ipem – gol de Geavane de pênalti para a Caema e Dias para o Ipem. SMTT 1 x 0 Tribunal de Justiça, gol de Maninho. Procuradoria 6 x 1 Socorrão, gols de Nazaré (3), Geovane (2) e Gerson (Procuradoria). Raimundo descontou. Blitz Urbana 3 x 2 Secretaria de Saúde. Gols de Rildo, Zé Maria e Válber (Blitz), Valmir e Nonato (Secretaria) e Tribunal de Contas 7 x 0 Casa Civil, gols de Moleza (5), Joubert e Hernildo.

Futebol Society II

Os jogos de amanhã pela segunda rodada, no mesmo local, com o primeiro jogo marcado para às 8h, são estes: Casal Civil x SMTT, Secretaria de Saúde x Tribunal de Contas, Blitz Urbana x Procuradoria, Tribunal de Justiça x Socorrão, Secretaria de Cultura x Caema, Ipem x Imprensa, Penitenciária x Tribunal Regional Eleitoral e Secretaria da Fazenda x Exército Brasileiro.

Governo vai indenizar família de policial morto sem colete

O Governo do Maranhão terá que indenizar em R\$ 30 mil familiares de um policial civil morto, em agosto de 2001, durante confronto com bandido, sem os equipamentos de proteção individual necessários para garantir sua integridade física.

A decisão – tomada pela 1ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão, em sessão nesta quarta-feira (12) – confirma o valor já estipulado pela juíza auxiliar da 5ª Vara da Fazenda Pública de São Luís, Maria José França Ribeiro.

O policial civil, à época com de 33 anos, lotado na delegacia de Pinheiro, foi assassinado na cidade de Presidente Sarney, por um bandido, que reagiu a ação policial e, na troca de tiros, atingiu o policial, de maneira fatal.

Consta nos autos do processo que o policial nunca teria recebido do Estado os equipamentos de proteção individual para minimizar os riscos de sua contínua exposição pessoal à reação de criminosos, como colete à prova de balas, que poderia ter evitado sua morte, caso estivesse devidamente protegido.

A defesa do Estado alega

a aplicação da teoria da responsabilidade subjetiva com a verificação da culpa do agente, além de não haver nexo de causalidade e a morte ser causada por terceiros.

Decisão judicial - Para a Justiça de 1º Grau, embora o cargo exercido oferecesse riscos, o Estado tinha o dever de providenciar a segurança do agente público, enfatizando que a condenação serve de instrumento pedagógico para que o ente federativo tome as providências necessárias quanto ao fornecimento dos equipamentos de segurança.

O relator do processo, desembargador Jorge Rachid, reafirmou que o Estado “responde sempre pela segurança do policial civil ou militar que, em razão de sua atividade, está sujeito ao confronto com bandidos, devendo estar munido de equipamentos que possam proteger sua integridade física”.

Em seu voto, Jorge Rachid deu parcial provimento quanto ao cálculo dos juros, para que seja observada a Lei nº 11.960/2009, sendo acompanhado pelos desembargadores Kleber Carvalho e Nelma Sarney.

TRANSPARÊNCIA

TJMA vai divulgar folha de pessoal detalhada na internet

A partir da próxima semana, o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) vai divulgar no link "Transparência", na página principal do portal do Poder Judiciário (ww.tjma.jus.br), o detalhamento da folha de pagamento de pessoal, conforme determina a Resolução nº. 151 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), de 5 de julho deste ano, e que atende à Lei de Acesso à Informação, já em vigor. O TJMA foi o primeiro no país a liberar na internet dados completos do Judiciário estadual, de acordo com a nova lei.

"Serão disponibilizadas no portal, e sem restrições de consulta, as remunerações, diárias, indenizações e quaisquer outras verbas pagas a magistrados, servidores e colaboradores, assim como os

valores descontados - a exemplo do imposto de renda retido na fonte e contribuição previdenciária -, com identificação nominal do beneficiário e da unidade na qual presta serviços", explica o presidente do TJMA, desembargador Antonio Guerreiro Júnior.

De acordo com o diretor Financeiro Luiz Carlos Calvet, a determinação do CNJ só não alcança os valores de descontos de caráter pessoal, como pensão alimentícia, empréstimo consignado e consignação de casa própria, dados estes que não serão publicados no portal.

O site do TJMA, agora inserido no Portal do Judiciário, publica dados referentes à estrutura remuneratória, quantitativo e descrição de cargos e nomes de magistrados e ser-

vidores - efetivos ou não - além de informações sobre orçamento público, contratos, precatórios, veículos, empenhos e pagamentos.

O que irá mudar com a nova resolução do CNJ será a inclusão do detalhamento individualizado, com vencimentos e descontos de cada servidor e magistrado. Neste formato estarão disponíveis os valores pagos e descontados a partir de junho deste ano.

Os tribunais têm até o dia 20 para se adequar às novas regras. O prazo foi estabelecido pela Resolução nº. 102 (artigo 4º).

Disputa - Uma disputa de liminares foi iniciada por causa da divulgação dos dados. Na quarta-feira da semana passada, a Justiça Federal do Distri-

to Federal proibiu a publicação dos vencimentos de servidores do Executivo federal e a divulgação nominal da remuneração de servidores do Judiciário e do Legislativo. Na segunda-feira, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região manteve a decisão.

Na noite da última terça-feira (10), o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Ayres Britto, concedeu liminar que permite a divulgação, de forma individualizada, da remuneração de servidores dos três poderes.

Lei - A Lei de Acesso à Informação (Lei nº. 12.157, de 18 de novembro de 2011) obriga os órgãos públicos a fornecer informações e documentos solicitados pela população, desde que não sejam definidos como secretos.

Sede de congresso

Caso queira transformar São Luís na sede do 6º Encontro Nacional do Judiciário, que será realizado dias 5 e 6 de novembro, o desembargador Antônio Guerreiro Júnior **(foto)** tem até o dia 20 deste mês para inscrever a cidade, pois este é o prazo dado pelo presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ministro Ayres Britto, aos presidentes de tribunais de Justiça interessados em levar para seus estados o evento, que já foi definido para o Nordeste.



Transparência

TJ vai divulgar detalhamento da folha de pessoal na internet

A partir da próxima semana, o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) vai divulgar no link “Transparência”, na página principal do portal do Poder Judiciário (ww.tjma.jus.br), o detalhamento da folha de pagamento de pessoal, conforme determina a Resolução nº. 151 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), de 5 de julho deste ano, e que atende à Lei de Acesso à Informação, já em vigor. O TJMA foi o primeiro no país a liberar na internet dados completos do Judiciário estadual, de

acordo com a nova lei.

“Serão disponibilizadas no portal, e sem restrições de consulta, as remunerações, diárias, indenizações e quaisquer outras verbas pagas a magistrados, servidores e colaboradores, assim como os valores descontados – a exemplo do imposto de renda retido na fonte e contribuição previdenciária –, com identificação nominal do beneficiário e da unidade na qual presta serviços”, explica o presidente do TJMA, desembargador Antonio Guerreiro Júnior.

Judiciário de São Domingos do MA é parceiro no Futebol Comunidade

Na última sexta-feira (6), foi lançado, em São Domingos do Maranhão, o projeto Futebol Comunidade, que visa à inclusão de crianças e adolescentes ao esporte, como forma de integração social e cidadania. O projeto tem a parceria do Poder Judiciário da comarca, cujo titular é o juiz Clênio Lima Correa.

A iniciativa do projeto é da Associação Atlética do Banco do Brasil de São Domingos do Maranhão e recebeu a parceria do Judiciário local com a destinação dos recursos oriundos de transações penais (TCO's) para compra de kits esportivos para os participantes.

“A parceria com o projeto é fundamental, pois aproxima o Poder Judiciário das atividades beneficentes realizadas na comarca e incentiva a agregação de valores por meio das práticas desportivas”, destacou o juiz Clênio Lima Correa.

O juiz participou do lançamento do evento, entregando aos participantes os kits esportivos, adquiridos com os recursos doados pela Justiça. Também participou do evento o promotor de Justiça da comarca, Arão Carlos Lima Castro.

Prorrogadas as prisões dos suspeitos de envolvimento na morte de Décio Sá

A Justiça deferiu ontem o pedido da Secretaria Estadual de Segurança Pública para a prorrogação das prisões temporárias dos sete suspeitos de envolvimento no assassinato do jornalista Décio Sá. Com a decisão judicial, vão permanecer presos por

mais 30 dias: Jhonatan de Sousa Silva, Gláucio de Miranda Carvalho, José de Alencar Miranda Carvalho, Airton Martins Monroe, "Júnior Bolinha", Fábio Aurélio Silva, o "Bochecha" e o capitão da PM Fábio Aurélio Silva. ÚLTIMA PÁGINA

DIVULGAÇÃO



Suspeitos de tramar a morte do jornalista vão permanecer presos

Prorrogadas as prisões dos suspeitos de envolvimento na morte de Décio Sá

A Justiça deferiu, na manhã de ontem (12), o pedido da Secretaria Estadual de Segurança Pública (SSP-MA) para a prorrogação das prisões temporárias dos sete suspeitos de envolvimento no assassinato do jornalista Décio Sá. A SSP-MA havia feito a solicitação na última segunda-feira (9).

Com a decisão, expedida pela 1ª Vara do Tribunal do Júri, vão permanecer presos por mais 30 dias: Jhonatan de Sousa Silva (assassino confesso), Gláucio de Miranda Carvalho (suposto mandante), José de Alencar Miranda Carvalho (suposto mandante), Airton Martins Monroe (suposto mandante), José Raimundo Sales Charles Júnior, o "Júnior Bolinha" (agenciador do pistoleiro), Fábio Aurélio do Lago e Silva, o "Bochecha" (agenciador do pistoleiro) e o capitão da PM Fábio Aurélio Saraiva Silva (teria fornecido a pistola para matar o jornalista).

O oitavo mandado de prisão contra o piloto da moto que transportou Jhonatan ao local do crime ainda não foi cumprido. Um homem identificado como Elker Farias Veloso, preso em Divinópolis (MG), em 23 de junho, chegou a ser apontado como

o motoqueiro que levou Jhonatan à Avenida Litorânea, em 23 de junho, dia do crime. Mas sua participação na execução do jornalista ainda não foi confirmada.

Relembre o caso - O jornalista Décio Sá foi executado a tiros, em um bar da Avenida Litorânea, orla de São Luís, na noite de 23 de abril, deste ano. Após mais de 50 dias de investigações, a polícia prendeu os sete suspeitos de envolvimento no

caso, apresentando os participantes da quadrilha em entrevista coletiva, no dia 13 de junho.

Segundo a polícia, as denúncias do jornalista Décio Sá sobre crimes de agiotagem, desvio de recursos públicos e extorsões foram as causas que levaram à sua execução. A morte do jornalista, segundo o assassino confesso Jhonatan de Souza Silva, teria custado R\$ 100 mil, valor que não foi pago integralmente.



Bolinha, Buchecha, Miranda, Gláucio e demais envolvidos ficarão mais tempo na prisão

ARQUIVO



O juiz José Américo impôs multa diária de R\$ 1 mil

'CASO NICOLAS DAVI'

Falta de leito complica transferência de menino de 3 meses com cardiopatia

O juiz titular da 1ª Vara da Infância e Juventude de São Luís, José Américo Abreu Costa, acatou, no último dia 6, pedido do Ministério Público, e deferiu liminar determinando a internação fora de domicílio do pequeno Nicolas Davi Moraes Martins, de 3 meses, portador de cardiopatia congênita.

PÁGINA 5

‘CASO NICOLAS DAVI’

Falta de leito complica transferência de menino de 3 meses com cardiopatia

A criança corre o risco de morrer se não fizer cirurgia em outro estado

POR JULLY CAMILO

O juiz titular da 1ª Vara da Infância e Juventude de São Luís, José Américo Abreu Costa, acatou, no último dia 6, pedido do Ministério Público, e deferiu liminar determinando a internação fora de domicílio do pequeno Nicolas Davi Moraes Martins, de três meses, portador de cardiopatia congênita. Porém, a multa diária imposta pelo magistrado, em caso de descumprimento do Estado do Maranhão, foi de apenas de R\$ 1 mil. O prazo dado pelo juiz foi de 24 horas, mas somente na manhã de quarta-feira (11), a intimação feita à Secretaria de Estado da Saúde (SES) foi juntada aos autos, data em que o prazo passou a ser contado. Portanto, a determinação judicial venceu na manhã de ontem (12), e ainda não foi cumprida. Nicolas está internado no Hospital Materno Infantil há quase três meses.

Segundo a tia de Nicolas, a professora Carlene Moraes, quatro hospitais já devolveram, por falta de leito, o pedido de cirurgia da criança – um de Goiás, um do Paraná, um do Rio de Janeiro e um de São Paulo.

Agora, o pedido foi encaminhado pela Central Nacional de Regulação da Alta Complexidade (CNRAC) para o Hospital do Coração (HCor), de São Paulo, mas, segundo a SES, ainda não há nenhum retorno em relação à vaga por parte da unidade de saúde.

De acordo com Carlene, a lentidão do Estado e a omissão dos órgãos competentes são as situações que mais desesperam a família. Para ela, a multa a ser aplicada pela Justiça em caso de descumprimento da ordem judicial por parte da SES é algo “irrisório e inexplicável”.

“Já vi muitas diárias aplicadas a sindicatos de trabalhadores chegarem a R\$ 50 mil ou mais. Mas, em se tratando de uma vida, como é o caso do Nicolas, nos deparamos com esse valor insignificante de R\$ 1mil para o Estado, que deve estar até rindo dessa sanção”, disse Carlene.

De acordo com a professora, Nicolas não tem apresentado melhora em seu estado de saúde, mesmo após a traqueostomia à qual foi submetido há alguns dias.

“Isso nos preocupa, mas sei que a vontade de viver dele é maior do que a nossa e Deus tem enxergado isso”, disse Carlene.

O pedido de liminar foi impetrado pelo promotor Márcio Thadeu Silva Marques, da 1ª Promotoria da Infância e Juventude, que já havia impetrado outras, solicitando o Tratamento Fora de Domicílio (TFD) do paciente, viagem aérea com um acompanhante (ou UTI aérea), com as respectivas diárias de hospedagem. Todos os prazos venceram sem que a ordem judicial fosse cumprida.

O caso de Nicolas também está sendo acompanhado pela

Associação de Assistência à Criança Cardiopata Pequenos Corações – entidade sem fins lucrativos, com sede em São Paulo, mas com atuação em todo o território nacional.

Em seu despacho, o juiz José Américo Abreu Costa afirma que “há, no caso, manifesto risco à criança, caso não obtenha o TFD (Tratamento Fora do Domicílio) imediatamente, o que vem sendo postergado pelo Estado do Maranhão por lapso de tempo considerável”.

Outro lado - A Secretaria de Estado da Saúde informou, por meio de sua assessoria, que a solicitação da vaga foi feita ao Hospital do Coração (HCor), em São Paulo. Porém, a casa de saúde informou que ontem (12) seis crianças estariam realizando o mesmo procedimento cirúrgico do qual o Nicolas necessita.

A SES relatou que o HCor previu uma possível liberação de leito para a próxima semana, data em que algumas dessas crianças já estariam liberadas da UTI.

A Secretaria informou ainda que a UTI móvel já foi contratada e está à disposição para o transporte do paciente, e declarou que tem feito contato, paralelamente à Central Nacional de Regulação da Alta Complexidade, com outros hospitais.



Juiz José Américo impôs multa diária de R\$ 1 mil ao Estado

Estado terá que indenizar família de policial assassinado sem colete

O Estado do Maranhão terá que indenizar em R\$ 30 mil familiares de um policial civil morto, em agosto de 2001, durante confronto com bandido, sem os equipamentos de proteção individual necessários para garantir sua integridade física.

A decisão – tomada pela 1ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão, em sessão na quarta-feira (12) – confirma o valor já estipulado pela juíza auxiliar da 5ª Vara da Fazenda Pública de São Luís, Maria José França Ribeiro.

O policial civil, à época com 33 anos, lotado na delegacia de Pinheiro, foi assassinado na cidade de Presidente Sarney, por um bandido, que reagiu a ação policial e, na troca de tiros, atingiu o policial, de maneira fatal.

Consta nos autos do processo que o policial nunca teria recebido do Estado os equipamentos de proteção individual para minimizar os riscos de sua contínua exposição pessoal à reação de criminosos, como colete a prova de balas, que poderia ter evitado sua morte, caso estivesse devidamente protegido.

A defesa do Estado alega a aplicação da teoria da responsabilidade subjetiva com a verificação da culpa do agente, além de não haver nexo de causalidade e a morte ser causada por terceiros.

Decisão judicial – Para a Justiça de 1º Grau, embora o cargo exercido oferecesse riscos, o Estado tinha o dever de providenciar a segurança do agente público, enfatizando que



Desembargador Rachid: relator

a condenação serve de instrumento pedagógico para que o ente federativo tome as providências necessárias quanto ao fornecimento dos equipamentos de segurança.

O relator do processo, desembargador Jorge Rachid, reafirmou que o Estado “responde sempre pela segurança do policial civil ou militar que, em razão de sua atividade, está sujeito ao confronto com bandidos, devendo estar munido de equipamentos que possam proteger sua integridade física”.

Em seu voto, Jorge Rachid deu parcial provimento quanto ao cálculo dos juros, para que seja observada a Lei nº 11.960/2009, sendo acompanhado pelos desembargadores Kleber Carvalho e Nelma Sarney.

TJ vai divulgar detalhamento da folha de pessoal na internet

A partir da próxima semana, o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) vai divulgar no link "Transparência", na página principal do portal do Poder Judiciário (ww.tjma.jus.br), o detalhamento da folha de pagamento de pessoal, conforme determina a Resolução nº. 151 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), de 5 de julho deste ano, e que atende à Lei de Acesso à Informação, já em vigor. O TJMA foi o primeiro no país a liberar na internet dados completos do Judiciário estadual, de acordo com a nova lei.

"Serão disponibilizadas no portal, e sem restrições de consulta, as remunerações, diárias, indenizações e quaisquer outras verbas pagas a magistrados, servidores e colaboradores, assim como os valores descontados – a exemplo do imposto de renda retido na fonte e contribuição previdenciária –, com identificação nominal do beneficiário e da unidade na qual presta serviços", explica o presidente do TJMA, desembargador Antônio Guerreiro Júnior.

De acordo com o diretor Financeiro Luiz Carlos Calvet, a determinação do CNJ só não

alcança os valores de descontos de caráter pessoal, como pensão alimentícia, empréstimo consignado e consignação de casa própria, dados estes que não serão publicados no portal.

O site do TJMA, agora inserido no Portal do Judiciário, publica dados referentes à estrutura remuneratória, quantitativo e descrição de cargos e nomes de magistrados e servidores – efetivos ou não – além de informações sobre orçamento público, contratos, precatórios, veículos, empenhos e pagamentos.

O que irá mudar com a nova resolução do CNJ será a inclusão do detalhamento individualizado, com vencimentos e descontos de cada servidor e magistrado. Neste formato estarão disponíveis os valores pagos e descontados a partir de junho deste ano.

Os tribunais têm até o dia 20 para se adequar às novas regras. O prazo foi estabelecido pela Resolução nº. 102 (artigo 4º).

Disputa – Uma disputa de liminares foi iniciada por causa da divulgação dos dados. Na quarta-feira da semana passada, a Justiça Federal do Distrito Federal proibiu a publicação dos vencimentos de servidores do Executivo federal e a divulgação nominal da remuneração de servidores do Judiciário e do Legislativo. Na segunda-feira, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região manteve a decisão.

Na noite da última terça-feira (10), o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Ayres Britto, concedeu liminar que permite a divulgação, de forma individualizada, da remuneração de servidores dos três poderes.

Lei – A Lei de Acesso à Informação (Lei nº. 12.157, de 18 de novembro de 2011) obriga os órgãos públicos a fornecer informações e documentos solicitados pela população, desde que não sejam definidos como secretos.

DIVULGAÇÃO



Guerreiro Júnior informa que TJMA foi pioneiro na divulgação de dados salariais do Judiciário

Comarca de Rosário divulga resultados de mutirão de audiência

A juíza Rosângela Prazeres Macieira, titular da 1ª Vara da Comarca de Rosário, realizou um mutirão previdenciário na quarta-feira (11), com um total de 44 audiências.

Do total de audiências, houve seis desistências e um adiamento. Dois processos foram conclusos para sentença, e 35 acordos foram firmados. Quatorze processos resultaram em aposentadoria por idade. Os processos de restabelecimento com conversão para aposentado

por invalidez a partir da homologação totalizaram 13.

Houve uma aposentadoria por invalidez, cinco pensões por morte, um processo de salário-maternidade e um benefício de prestação continuada. "Alcançamos nosso objetivo e acredito que as partes saíram satisfeitas desse mutirão", destacou Rosângela Prazeres Macieira.

Além da juíza, trabalharam no mutirão o advogado Marcelo Gaspar e o procurador federal Mário Amorim Fonseca.

Casamento comunitário vai reunir 430 casais em São Luís

A organização do casamento comunitário em São Luís trabalha nos últimos preparativos para a cerimônia, que reunirá 430 casais. O evento – realizado pela Corregedoria Geral da Justiça (CGJ), do Tribunal de Justiça do Maranhão, com a parceria do Sesi e da Universidade Federal do Maranhão (Ufma) – ocorrerá às 16h do próximo sábado (14), na Concha Acústica da Ufma.

Todos os detalhes do casamento comunitário estão sendo checados para que a oficialização da união de 860 noivos seja inescusável para cada um deles.

Eles devem chegar ao local do evento às 14h para receber e assinar sua documentação. Depois disso, apenas aguardarão o momento de dizer “sim”.

No local, transporte da entrada da Ufma à Concha Acústica, segurança, apoio médico, entre outros serviços, estão sendo providenciados.

A Polícia Militar fará a segurança do evento e também estará representada com a sua banda

de música, que será atração na cerimônia.

O Corpo de Bombeiros confirmou apoio, com a presença de uma equipe preparada para qualquer emergência e socorro.

Na avenida dos Portugueses, a Polícia Rodoviária Federal estará presente, auxiliando na orientação do trânsito, que também terá a participação da Secretaria Municipal de Trânsito e Transporte (SMTT).

Aproximadamente 100 pessoas, da CGJ, Sesi e Ufma, trabalharão no evento. Equipes da Corregedoria, identificadas por cores e auxiliadas pelas equipes do Sesi e da Ufma, darão todo o apoio necessário aos casais.

O casamento comunitário em São Luís teve suas inscrições iniciadas durante a Ação Global

2012, realizada no dia 5 de maio, na Ufma, tendo sido prorrogadas até o dia 18 de maio, no Fórum Desembargador Sarney Costa.

O projeto é realizado em diversas comarcas do Maranhão desde 1999. De acordo com dados da CGJ, mais de 30 mil casais já oficializaram a união em cerimônias do casamento comunitário em todo o Maranhão.

Casais que não têm condições financeiras de arcar com as despesas de um casamento tradicional são os beneficiados pelo projeto.

Todas as custas são gratuitas, sendo arcadas pelo Fundo Especial das Serventias de Registro Civil de Pessoas Naturais (Ferc) do Tribunal de Justiça do Maranhão. *(Ascom do TJ-MA e Redação do JP)*



Cerimônia será no sábado, na Concha Acústica da Ufma